

Sonho dos técnicos de reestruturar a CEDAE tropeça na

Dança das cadeiras

Não há hipótese. Nenhuma empresa estatal, por maior e mais rentável e eficiente que seja, resiste à manipulação política. Como falar em modernização, em modelo de gestão, se não há autonomia sequer para escolher os diretores da empresa, a não ser através do apadrinhamento político de meia dúzia de deputados, preocupados apenas em garantir o crescimento de seus redutos eleitorais - as urnas nas próximas eleições. Este é o drama que vive hoje a CEDAE. Aliás, um drama que vem corroendo a empresa há anos, sem que ninguém se dê conta de que, dessa forma, ela não sobrevive, não resiste à pressão do capital privado que vem investindo firme na conquista

**Disputas de
cargos, manobras
políticas e outros
desmandos...**



definitiva deste rico filão. E o mais grave, de olho apenas no lucro, à revelia da saúde pública, responsabilidade constitucional do Estado. E assim, a CEDAE vai vivendo a "dança das cadeiras". E ninguém consegue deslanchar o tão sonhado projeto de reestruturação, compromisso de campanha do governador Garotinho, porque a Companhia vive sob pressão de todos os lados: disputas de cargos, manobras políticas e outros desmandos, que impedem a modernização da CEDAE. E infelizmente, não se consegue ver "a luz no fim do túnel", pelo menos enquanto não for definida uma política pelo executivo estadual para o Setor.

PÁGINAS 4 E 5

**Justiça suspende Audiência
Pública convocada pela prefeitura
para privatizar Saneamento na
Zona Oeste**

PÁGINAS 2

**Intervenção na PRECE é
suspensa, mas clima de
pressão continua forte por parte
do governo federal**

PÁGINAS 3

Associação dos Empregados de
 Nível Universitário da CEDAE

Rua Sacadura Cabral, 120, Grupo
 1004, Centro Rio de Janeiro - RJ
 Telefone: 263-6240
 Telefax: 253-7482
 Internet: aseac1@ism.com.br
 Home Page: aseac.com.br

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente
 Dario Mondego
Diretor Vice-presidente
 Paulino Cabral da Silva
Diretor Administrativo
 Júlio César Oliveira Antunes
Diretor Financeiro
 Edson Reis da Silva
Diretor de Comunicação
 Flávio José Soares de Moura
Diretor Técnico
 Claudino Victor R. E. Santo
Diretor Social
 César Lima da Graça
Diretor Jurídico
 Aloysio Gomes Feital Filho
Diretor Adjunto
 Flávio de Carvalho Filho

CONSELHO DIRETOR

Representante dos Administradores
 Luziete Francisca da Silva
Advogados
 Sueli Kolling Turano
Aposentados
 Maria Christina Piragibe
 Maria Carmem M. Almeida
 Nelson Martins Portugal
 Armando Costa Vieira
 Edison Bittencourt Rosa
Arquitetos
 Marilusa de Andrade da Fonseca
Sócios Aspirantes
 Wagner Gonçalves Mondego
Demais Categorias
 Antonio Bastos de Oliveira
Economistas
 Firmino Gustavo Gameleira
Engenheiros
 Daisy Cristina de A. Menezes
 Sidney do Valle Costa
 Sidney Werneck dos Santos

CONSELHEIROS NATOS

Antônio Inácio da Silveira, Walnry
 Bittencourt de Oliveira, Emy
 Guimarães de Lemos, João Carlos
 do Rego Pinto, Renato Lima do
 Espírito Santo e Carlos Henrique
 Soares de Menezes e Jaime Dutra
 Noronha.

CONSELHO FISCAL

Efetivos: Aloísio Souza da Silva,
 José Alberto Burd e Gerson Pereira
 L. Nascimento. **Suplentes:** Antônio
 Bastos de Oliveira, Jorge Rodrigues
 Leitão e Leon Ambram

Jornalista Responsável

Anne Sampaio
 MTB: 13.773 / RJ

Diagramação e Arte

J. Paulo

Edição de Março/Abril de 2001
 Tiragem: 2.000 exemplares

Justiça

Suspensa Audiência Pública da Prefeitura

Tribunal afirma que publicação de editais pelo município fere

A Audiência Pública convocada pela prefeitura do Rio de Janeiro para discutir critérios para a abertura de licitação de privatização da gestão integrada dos sistemas de saneamento básico na área do Recreio dos Bandeirantes, Vargem Grande, Vargem Pequena, Camorim e Grumari não tem validade legal. O Desembargador Walter D'Agostino, do Tribunal de Justiça do Rio, concedeu liminar ao Mandado de Segurança impetrado pelos advogados Marcelo Cerqueira e Paulo Henrique Teles Fagundes, suspendendo a Audiência Pública, anunciada pela prefeitura no Diário Oficial do Município, no último dia 17 de abril.

No despacho em que deferiu o pedido de suspensão da Audiência, o Desembargador alegou que "a questão está sendo alvo de discussão em processo que se encontra suspenso, cujos limites territoriais merecem apurada apreciação". Acrescenta ainda o relator da ação principal impetrada pela CEDAE contra a prefeitura do Rio que "a publicação dos editais pelo Município fere, no mínimo, a ética desejável no trato das partes e do judiciário".

Abuso de Poder

Na petição encaminhada ao Tribunal de Justiça do Estado, o advogado Marcelo Cerqueira classificou o ato do prefeito César Maia de ilegal, resultante de "abuso de poder" do chefe do Executivo municipal. Isto porque, o aviso de Audiência

publicado manifestava a intenção de licitar áreas pertencentes à Bacia de Jacarepaguá, "protegida por sentença da 3ª Vara de Fazenda Pública (VFP) e, por direito líquido e certo, da CEDAE, concessionária desses serviços".

Além disso, segundo os advogados, estudo realizado pela CEDAE demonstrou que a primeira tentativa de audiência pretendida pela prefeitura e suspensa por ordem do Tribunal de Justiça desobedecia flagrantemente a sentença da 3ª VFP, ao tentar incluir, logo após a sua posse, as áreas abrangidas

pela Bacia Hidrográfica de Jacarepaguá e Barra da Tijuca. "A tentativa atual de realizar nova Audiência, ora sob censura, é mais grave porque apenas fraciona alguns bairros".

De acordo com o documento enviado ao TJ, a própria prefeitura admitiu, através de mapa elaborado por seus técnicos, "que os bairros discriminados para a Segunda e ilícita Audiência pertencem à Bacia de Jacarepaguá". Como a CEDAE é concessionária em todo o Município do Rio de Janeiro dos serviços de distribuição de água e tratamento de esgotos, a justiça reconheceu a totalidade da concessão da CEDAE quando determinou a "suspensão do processo licitatório, em face da ilegitimidade da decisão política que a conduziu. Portanto, é ilegítima em face da sentença – e naturalmente de qualquer de suas autoridades – que vise a turbar tal Direito. Além desta decisão de caráter geral, a Sentença suspendeu tentativa de concessão de bairros que justamente agora o impetrado insiste em conceder os serviços".

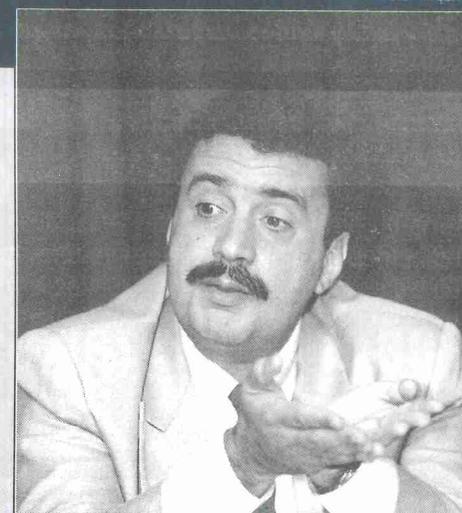
Ao concluir, o advogado Marcelo Cerqueira reiterou ao Tribunal de Justiça, diante da insistente "desobediência da autoridade impetrada, pedido da ação inicial para que o prefeito César Maia se abstenha de qualquer ato que signifique desrespeito aos direitos de concessão da CEDAE amparados por sentença judicial".

O ato do prefeito César Maia é ilegal, resultante de abuso de poder municipal

Clóvis Nascimento assume o SENGE

O engenheiro da CEDAE e antigo associado da ASEAC Clóvis Francisco do Nascimento Filho foi empossado, no último dia 6 de abril, na presidência do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (SENGE-RJ), ao lado dos engenheiros Antônio Gérson e Paulo Granja. Os três inauguram um novo estilo de gestão colegiada no SENGE, formada por três presidentes – um para cada ano de mandato – com o objetivo de reforçar a prática de decisões coletivas. Clóvis Nascimento

assumirá o mandato do primeiro ano e, na seqüência, virão Antônio Gérson e Paulo Granja. Na solenidade de posse, realizada no Clube de Engenharia, a nova diretoria reafirmou seu compromisso de lutar pelos interesses da categoria e pelo resgate do papel social da engenharia no processo de desenvolvimento nacional. Junto com os três presidentes, tomaram posse também os representantes do Sindicato dos Engenheiros nas empresas, que passam a integrar o Conselho de Representantes da entidade.



Clóvis é defensor do Saneamento público

Clima de pressão na PRECE

Fundo de Previdência da CEDAE desmente denúncias de irregularidades

A diretoria da Prece desmentiu, através de nota oficial, a notícia publicada no jornal O Dia, de que o fundo de pensão dos empregados da CEDAE – a PRECE - teria enviado, através de uma operação ilegal, dinheiro às Ilhas Cayman. Em função da notícia, a diretoria da ASEAC marcou uma reunião para a próxima segunda-feira (dia 14/05) com o jurista Marcelo Cerqueira, para discutir as medidas legais cabíveis com relação as denúncias. Para o presidente da ASEAC, Dario Mondego, a pressão sobre a PRECE começa a parecer uma questão pessoal da Secretaria de Previdência Privada (SPC). Tanto que, apesar da justiça suspender a intervenção, o governo continua tentando reverter a decisão.

A íntegra da nota divulgada pela PRECE é a seguinte:

Elucidação dos Fatos

“A Prece Previdência Complementar, no propósito de informar a verdade dos fatos sobre notícia veiculada em jornal do Rio de Janeiro, em 08/05/2001, sobre operações de investimentos de seus recursos, declara:

A) A Prece participa do TGMC – Terminal Menezes Cortes – como acionista minoritária, possuindo 20% do seu capital. Em momento algum, a Prece concedeu qualquer tipo de empréstimo ou enviou valores para empresas sediadas em paraísos fiscais, conforme equivocadamente citado na matéria mencionada.

B) A Prece possui em sua carteira aplicações de renda fixa e de renda variável. Em 2000, dos 15 fundos de investimento existentes, 14 auferiram rentabilidade acima de sua necessidade atuarial e apenas um, por estar atrelado ao mercado de ações, apresentou perda significativa em seus índices, porém bastante inferior à equivocadamente informada na referida notícia. Contudo, seu balanço anual, fechou com um superávit acumulado de R\$ 29.000.000,00. Variações nas carteiras atreladas ao mercado de ações podem ocorrer, inclusive no período da intervenção, tendo em vista a desvalorização de R\$ 12.920.693,40 da carteira de ações da Prece, entre os dias 08/03/2001 a 18/04/2001.

C) A Prece não medirá esforços para tomar quaisquer medidas necessárias e cabíveis, de forma a preservar a integridade de seu nome e a contínua tranquilidade de seus participantes.”

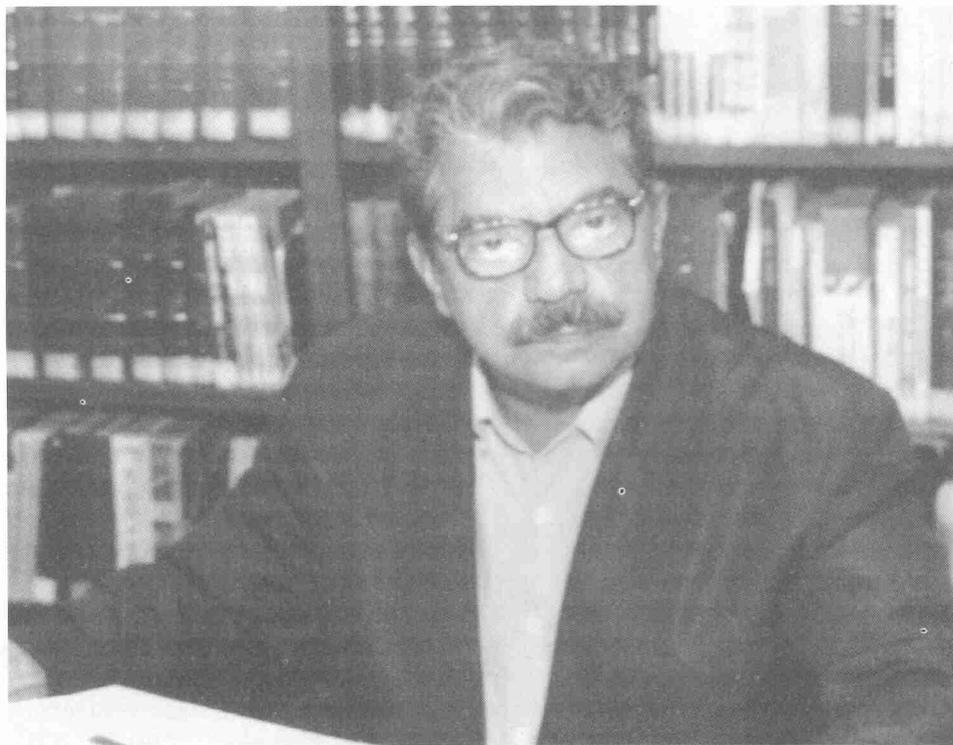


Foto: J. Andrade

Marcelo Cerqueira: A liminar abre um precedente a outros fundos sob intervenção

Suspensa a intervenção federal

Março e abril foram meses de estresse e surpresas para os empregados da CEDAE, que tiveram suas aposentadorias sob ameaça. Logo no início do mês, todos foram pegos de surpresa com a intervenção do governo federal no seu fundo de previdência – a PRECE. Cerca de um mês após a intervenção, chega a boa notícia de que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) acatou um Mandado de Segurança, impetrado pela CEDAE, suspendendo a intervenção até o julgamento do mérito da questão.

E, por fim, no último 17 de abril, em Brasília, através de um acordo verbal, feito entre o Ministro da Previdência, Robert Brandt, o presidente da CEDAE, Alberto José Mendes Gomes, o diretor Administrativo, Luís Fernando Couto, o presidente da PRECE, Armando Costa Vieira Júnior, com o apoio do Senador Ney Suassuna, do PMDB, e do deputado Edmilson Valentim, do PC do B, a intervenção do fundo de previdência dos empregados da CEDAE foi suspensa.

Aliás, segundo opinião do jurista Marcelo Cerqueira, advogado da CEDAE na causa, a decisão do Ministro José Delgado, do STJ, de determinar, através de uma liminar, o fim da intervenção na PRECE, foi uma imposição jurídica: “A SPC extrapolou o seu exercício de controle sobre o fundo de previdência dos empregados da CEDAE. O STJ deu a liminar porque a intervenção representou uma ilegalidade”. De acordo com o jurista, o mais importante é que esta liminar abre um precedente a favor de outros fundos de previdência privada, que estejam sob intervenção: “A decisão do Ministro José Delgado, além de beneficiar a PRECE e os seus assistidos, abre caminho para que violências dessa natureza não sejam praticadas” - finalizou.

A Previdência Complementar da CEDAE – PRECE - é o 47º fundo previdenciário do país, com um patrimônio de mais de R\$ 500 milhões e um superávit acumulado, no ano 2000, de cerca de R\$ 29 milhões. Trata-se de uma instituição sólida, que atende a 14 mil participantes em dia, sem nenhuma dívida com fornecedores, empregados ou assistidos.

Entenda o que aconteceu

O Fundo de Previdência Privada dos empregados da CEDAE – a PRECE – sofreu em 8 de março uma intervenção da Secretaria de Previdência Complementar - SPC – através de portaria do Ministro interino da Previdência, José Cechin – que alegou o artigo 55 – incisos I (atraso no pagamento de liquidação líquida e certa) e II (prática de atos que possam conduzi-la à insolvência), da Lei 6435, que diz respeito às entidades privadas de previdência.

O fato é que no dia 16 de fevereiro, após concluir uma fiscalização na PRECE, a SPC entregou à direção do Fundo uma Notificação de Fiscalização (n.º 42/2001). Segundo este documento, a PRECE teria o prazo legal de 30 dias para se manifestar a respeito do assunto. Mas, estranhamente, ignorando este prazo, o ministro interino da Previdência interveio no fundo previdenciário dos empregados da CEDAE, no dia 8 de março.

A intervenção foi considerada pela CEDAE, pela PRECE e seus beneficiários açodada. Pelas seguintes razões:

1) O balanço do Fundo, no exercício

de 2.000 registrou um “superávit” de R\$ 29 milhões;

2) As relações entre a PRECE e sua patrocinadora - CEDAE – estão rigorosamente pactuadas, através da confissões de dívidas. Apenas nos meses de janeiro, fevereiro e março, a CEDAE pagou cerca R\$ 27.6 milhões ao fundo previdenciário;

3) A PRECE encontra-se em plena regularidade com os pagamentos de todos os benefícios, todos os tributos, todos os fornecedores, além do que seus empregados estão com seus salários e encargos rigorosamente em dia.

Após a intervenção, a CEDAE, na qualidade de patrocinadora da PRECE, impetrou Mandado de Segurança contra a decisão do ministro interino da Previdência e, no dia 9 de abril, o ministro Relator do Superior Tribunal de Justiça, José Delgado, suspendeu a intervenção, restabelecendo a atuação da administração do engenheiro Armando Costa Vieira Júnior, como presidente da PRECE.

Disputas de cargos, manobras políticas e outros desmandos impedem o

A dança das

Foto: Arquivo



Técnicos continuam aguardando o cumprimento das promessas de Garotinho

O Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro está vivendo uma crise institucional sem fim, resultado da indefinição de uma política do executivo estadual para o Setor. E também das pressões do governo federal para privatizar as estatais do Saneamento – o que representa um “filé” para a iniciativa privada de bilhões de reais anuais. A consequência mais trágica desta crise se reflete na Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE – que se tornou a moeda de troca que pode garantir ao governador Anthony Garotinho uma bancada de 40 dos 70 deputados que integram a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ).

Não bastasse a pressão de deputados da ALERJ, que indicam os nomes que vão ocupar cargos, desde diretores até superintendentes, a empresa ainda se vê ameaçada pela disputa de poder que assola o governo estadual. E a grande pergunta é: Quem manda hoje na CEDAE?

O presidente da Companhia, Alberto Gomes, pode até ter boas intenções, mas pouco pode fazer. Embora seja amigo de infância do governador, não tem força política para demitir este ou aquele diretor indicado por este ou aquele deputado. Então, como pode gerenciar a Empresa? Como pode definir uma política para a Empresa no meio da “dança das cadeiras” imposta pela ALERJ, partidos políticos, além de técnicos

e amigos influentes junto ao governador?

O ex-secretário de Fazenda, Carlos Sasse, e seu grupo impõem regras na Empresa que são desautorizadas pelo secretário estadual de Saneamento, Luís Henrique Lima, do PSB, atual partido do governador. Este, por sua vez, não tem autoridade sequer para resolver os desmandos que atingem o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara, “sob sua responsabilidade”, mas está fazendo um novo processo de reestruturação da CEDAE. Um autoriza, outro desautoriza, os deputados querem cargos e a “pobre menina rica” chamada CEDAE é quem se arrebenta. Enquanto isso, a grande maioria de seus empregados, preocupados em não perder o emprego, cala a boca.

Paralelo a todas essas questões, discutidas a portas fechadas, baixinho para que ninguém ouça, os técnicos da CEDAE recebem “goela abaixo” propostas de uma reestruturação da Empresa que não vai caminhar nunca. Por que? A resposta é simples: Não é transparente, não foram discutidas pela sociedade e o pior, não tratam das questões essenciais – como a necessidade urgente de uma política estadual para o Setor.

Recentemente, depois de surgido o primeiro projeto de reestruturação da Empresa (leia-se Sasse e seu grupo) foram indicados diretores que deveriam tomar posse até abril. Mas, neste espaço de tempo, Anthony Garotinho teve de mudar de

Jogo de interesses

O discurso difere

A CEDAE está para o Rio de Janeiro como a Petrobrás está para o Brasil. Simbolicamente, como a estatal do petróleo, a Companhia Estadual de Águas e Esgotos se tornou peça de resistência à sanha privatista. Por isso, o projeto de reestruturação da empresa, suspeito por alguns de ser o embrião de uma privatização no futuro, não vai passar incólume no crivo da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. Aliás, se há algo que consegue estabelecer alguma unidade de intenções entre oposição e aliados do governo Anthony Garotinho é o destino da política de abastecimento de água e saneamento do Estado. Pelo menos, isto é o que garantem hoje líderes dos partidos que compõem a Assembléia Legislativa do Estado. O interessante é que em passado recente, a maioria desses mesmos políticos – que faziam parte da bancada de apoio do governo Mar-

cello Alencar – tinham uma idéia diferente e eram favoráveis à privatização.

O PMDB, legenda com maior representação na ALERJ, com 19 deputados, prefere a cautela ao falar sobre a reestruturação da CEDAE. “O partido ainda vai estudar o projeto com a ajuda de técnicos e só depois se posicionará sobre o assunto”, diz o deputado Paulo Melo, líder da bancada peemedebista e um dos responsáveis, quando liderava o PSDB na assembléia, pela aprovação na Alerj do Plano Estadual de Desestatização (PED) do governo Marcello Alencar.

Por sua vez, o líder da bancada do PTB, deputado José Richard, afirma: “Foram tantos os desencantos com as privatizações no Rio de Janeiro que a questão da CEDAE exige, no mínimo, uma análise que não seja leviana”. José Richard, aliás, passou de defensor ferrenho da desestatização a observador desconfiado das

privatizações. “A CEDAE é uma companhia tão desmoralizada e fragmentada que exige alguma providência, mas é preciso cuidado: uma privatização mal feita pode ser ainda pior.”

PMDB, PSB, PTB, PDT, PC do B, PT, PFL etc., ou seja, o salameleque que representam os partidos políticos no Rio de Janeiro, onde a questão da fidelidade partidária é de somenos importância, muda segundo as conveniências de cada um. Até pouco tempo partido do governador, o PDT agora é oposição e faz denúncias graves:

“No final do ano passado, o governador Garotinho tentou presentear os concessionários da Via Lagos com recursos públicos no valor de R\$ 83 milhões e só não conseguiu por causa da reação que começou numa das comissões da ALERJ” – diz o líder do PDT, deputado Paulo Ramos, que defende a CEDAE como o símbolo da resistência à onda privatista deflagrada pelo

ex-governador Marcello Alencar”.

“Os resultados do trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito que vai investigar as privatizações promovidas no governo Marcello Alencar podem servir de argumento na defesa da preservação não só da CEDAE, como também de Furnas, que o governo federal tenta repassar à iniciativa privada”, aposta o governista Jamil Haddad, presidente da CPI das Privatizações.

Por sua vez, o deputado Edmilson Valentim, líder do PC do B, por exemplo, está propondo para daqui a 15 dias, uma audiência pública da Comissão Permanente de Minas e Energia, presidida por ele, para debater a proposta de reestruturação da empresa. A audiência vai reunir representantes do governo, dirigentes da companhia e técnicos da Cedae.

Também o líder do PDT, deputado Paulo Ramos, presidente da Comissão Permanente

o sonho dos técnicos de reestruturação da CEDAE

cadeiras

partido e o secretário de Saneamento, Luís Henrique Lima, do PSB, novo partido do governador, bateu o martelo: "agora quem manda sou eu". Para completar, jogou no lixo o projeto de Sasse e já está com outro no forno – que deve sair quentinho, cheio de imperfeições, para a mesa do governador. O que deve ocorrer? Sasse e seu grupo vão contestar, e a CEDAE vai continuar parada no tempo e no espaço.

Aliás, como a coisa não anda mesmo, alguns deputados que patrocinam a dança das cadeiras resolveram, então, trocar os nomes

dos diretores e ninguém tomou posse e nem sabe quando vai haver posse dos diretores na Companhia. E ninguém sabe mais quem é quem. Enquanto isso, a Empresa não atende as expectativas da população, não faz nada. E a população reclama a esmo, enquanto as empresas estrangeiras corrompem, querendo comprar a maior Empresa do Estado, que hoje está entregue a ninguém.

A tese de que Anthony Garotinho não tem a intenção de privatizar a CEDAE pode até ser verdadeira, considerando-se o seu objetivo de sair candidato a presidente da

República pela oposição. Mas de que adiantam as "boas intenções" do governador, se ele não consegue transformar a CEDAE? Há informações de que Garotinho costuma dizer que ou a CEDAE vai render dividendos políticos, pela sua excelência no atendimento à população, ou vai acabar sendo privatizada – rendendo dividendos financeiros. Mais ainda. Diria Anthony Garotinho: Esta é a última chance. Última chance de quê, governador? De que alguns deputados, descompromissados com a importância do Setor, continuem assaltando a Empresa?

Foto: Arquivo



Alberto Gomes, Presidente da Companhia, tem compromisso com a reestruturação, mas fica no meio do tiroteio

nte da prática

dos Servidores e dos Serviços Públicos e relator da Comissão Especial de Acompanhamento das Relações do Estado com as Concessionárias de Serviços Públicos, articula para dentro do Palácio Tiradentes a discussão sobre os destinos da Cedae.

"O pecado original do projeto de reestruturação da Cedae é não ter sido discutido com a sociedade e com os setores envolvidos, mas a preservação da empresa como símbolo do poder público é um compromisso de governo de Anthony Garotinho", diz Edmilson Valentim. "Tornou-se um hábito do governador tomar decisões sem ouvir a população e os servidores públicos", desabafa o pedetista Paulo Ramos. "Garotinho faz tudo de fachada e tem vínculos fortíssimos com o liberalismo", garante ele.

O eco da reação parlamentar ao fatiamento da CEDAE não se limita às legendas flagrantemente desalinhasdas com o governo do Esta-

do. No PSB, partido do governador, a desconfiança não está apenas na voz de socialistas históricos como o deputado Jamil Haddad. "É preciso evitar que se repitam os erros das privatizações promovidas no governo Marcello Alencar", diz Jamil Haddad. O líder do PSB, Édson Albertassi, disse que o partido não aceitará a privatização da CEDAE: "A bancada do PSB ainda não debateu o assunto, mas já se posicionou claramente a favor de um projeto de reestruturação que afaste de vez o fantasma da privatização", diz o pessebista.

"O projeto de reestruturação é problemático porque fatia a CEDAE e, com isso, facilita a privatização da empresa", ataca o petista Arthur Messias. Vereador duas vezes em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, e deputado na primeira legislatura, o líder da bancada petista acha que a proposta do governo estadual passa ao largo do que é essencial: a complexidade

da Cedae. "Cuidar da água potável e prover o saneamento básico exige autonomia técnica, política e financeira. A CEDAE não pode continuar sendo um cabide de emprego de afilhados políticos de aliados do governador e um instrumento de manipulação eleitoral, que tem o destino das verbas estabelecido pela ambição das urnas e não pelas prioridades sociais."

PMDB, PT, PSB, PTB, PDT e PC do B têm juntos 49 dos 70 deputados que integram a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. O projeto de reestruturação divide a Cedae em oito diretorias - sendo seis operacionais - e cria mais de 300 cargos gerenciais, disputados a peso de ouro. Trata-se de uma mexida e tanto na maior empresa do Estado, responsável pelo abastecimento de água de 9,2 milhões de pessoas, pelos serviços de saneamento para 5,2 milhões, por 48 mil empregos diretos e indiretos e um faturamento anual de R\$ 1,1 bilhão.

Quem é quem na ALERJ

GAROTISTAS

André Luiz (PMDB); Armando José (PMDB); Átila Nunes (PMDB); Claudeci de Almeida (PMDB); Délio Leal (PMDB); Eraldo Macedo (PMDB); Ismael de Souza (PMDB); Jorge Picciani (PMDB); Júnior do Posto (PMDB); Paulo Mello (PMDB); Pedro Augusto (PMDB); Renato Jesus (PMDB); Ricardo Gaspar (PMDB); Roberto Dinamite (PMDB); Sérgio Cabral (PMDB); Sula do Carmo (PMDB); Walney Rocha (PMDB); Wolney Trindade (PMDB); Aparecida Gama (PSB); Geraldo Moreira (PSB); Graça Mattos (PSB); João Peixoto (PSB); José Cláudio (PSB); Noel da Carvalho (PSB); Cory Pillar (PSB); José Távora (PSB); Neca (Manoel Rosa -PSB); Paulo Albernaz (PSB); Domingos Brazão (PSB); Néelson Gonçalves (PSB); José Divino (PL); Magaly Machado (PL); Arthur Henrique (PTB); Fábio Raunheitti (PTB); Graça Pereira (PTB); Luis Gomes (PTB); José Richard (PTB); Alessandro Galazans (PV); Alberto Brizola (PSD); Blandino Amaral (Prona).

INDEPENDENTES

Pastor Mário Luiz (PMDB); Édson Albertassi (PSB); Jamil Haddad (PSB); Nilton Salomão (PSB); Tânia Rodrigues (PSB); Alice Tamborindeguy (PSDB); José Amorim (PPB); Albano Reis (PDT); Dica - José Teodoro (PFL); Núbia Cozzolino (PTB).

OPOSIÇÃO

Andréia Zito (PSDB); Arthur Messias (PT); Carlos Minc (PT); Chico Alencar (PT); Cida Diogo (PT); Hélio Luz (PT); Heloneida Studart (PT); Paulo Pinheiro (PT); Cidinha Campos (PDT); Paulo Ramos (PDT).

ALERJ garante que vai denunciar as irregularidades

Concessionárias terão de explicar tarifas mais caras e serviços piores

O deputado socialista Jamil Haddad, do partido do governador Anthony Garotinho, já está definindo os integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI - encarregada de investigar as denúncias de irregularidades que envolvem os processos de privatização de empresas estatais durante o governo Marcello Alencar. O relator será o petista Chico Alencar. "Minha preocupação é não ficar isolado", diz Haddad.

A preocupação se justifica. Às vésperas de escolher o relator da CPI das Privatizações, Jamil Haddad teve de abortar uma composição da comissão indicada no gabinete do Presidente da Alerj, Sérgio Cabral (PMDB), sem que sequer tivesse sido consultado. Não foi a primeira adversidade que o deputado do PSB enfrentou desde que apresentou, em 7 de março, o requerimento pedindo a abertura de CPI para apurar o que houve com a venda do Banerj, do Metrô, da Light, da Cerj e de outras empresas. As duas primeiras sessões convocadas para votar o requerimento não tiveram quórum. No dia 10 de abril, finalmente, 34 deputados votaram a favor da instalação da comissão, contra 14 que foram contra e um que se absteve - o que não significa uma grande vitória, considerando-se que o total de deputados da casa é de 70.

"As denúncias mais comuns são de avaliação inferior ao valor do patrimônio público, de demissões em massa de servidores e de terceirização. O resultado se reflete na qualidade dos serviços prestados à população", diz Jamil Haddad. "Disseram que a privatização faria o estado gastar menos em investimentos e

peçoal, economia que seria aplicada em educação e saúde e os serviços iam melhorar. Nada foi cumprido. As tarifas aumentaram, os serviços pioraram e as finanças do estado não foram resolvidas."

Jamil Haddad dá nome aos bois. "O problema é o PMDB que conta com muita gente egressa do PSDB do tempo do governador Marcello Alencar." Os peemedebistas são 19 deputados, quase um terço da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Representam uma força contrária, nada desprezível para se revolver a polêmica das privatizações no estado. O tema atíca a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro não é de hoje. No ano passado, o plenário da Alerj chegou a aprovar o requerimento de criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as denúncias de irregularidades que pipocam contra o Plano Estadual de Desestatização, comandado pelo então secretário de Planejamento, Marco Aurélio Alencar, filho do governador Marcelo Alencar.

A primeira CPI das Privatizações, presidida e relatada pela deputada Núbia Cozzolino, do PTB, não chegou a lugar nenhum. O estudo encomendado à Coppe e ao Crea em janeiro do ano passado pelo deputado federal Jorge Bittar, então secretário de Planejamento do governo Anthony Garotinho, chegou - mas, sabe-se lá porque, acabou engavetado. Vai virar peça fundamental agora na segunda CPI das Privatizações, que tem três meses, prorrogáveis por mais três, para chegar a algum lugar. "Vamos agir com muita tranqüilidade e encaminhar as conclusões ao Ministério Público, que tem a competência de denunciar", diz Jamil Haddad.



Foto: Agência JB

Jamil Haddad, à frente da CPI das privatizações, quer ir às últimas consequências

"Vamos agir com muita tranqüilidade e encaminhar as conclusões ao Ministério Público, que tem a competência de denunciar"

População teme que CPI acabe em “pizza”

Concessionárias privatizadas infernizam a vida do carioca

Viver no Rio de Janeiro se tornou hoje um fardo, onde a população assiste estarecida o absoluto descontrole do Poder Público das suas funções de fiscalizar as concessionárias de serviços públicos, que foram privatizadas. A ameaça de racionamento de energia, o medo da conversão do gás natural da CEG, as freadas bruscas do Metrô, os quebra-quebra de ruas e avenidas para consertos e instalações - por essas e outras concessionárias - que se perpetuam indefinidamente, trazendo o caos ao trânsito. Todas estas questões, ao lado da violência crescente, deixam o carioca de cabelo em pé e cada vez mais assustado com o seu futuro e com a sua qualidade de vida da cidade.

O desabafo é da presidente da Associação de Moradores de Botafogo, Regina Chiaradia, e define o sentimento de grande parte da população da cidade: “O Rio de Janeiro tem o Metrô mais caro do mundo - R\$1,30 - e pasmem, é um pesadelo viajar nos trens sucateados da Empresa. A falta de manutenção pode ser vista por qualquer um, principalmente, quando ocorrem freadas bruscas. Agora, o ex-presidente do Metrô privatizado, Albuino Azeredo (ex-PDT), que demonstrou não ter capacidade sequer para ser síndico de prédio, acaba de ser empossado pelo governador Garotinho secretário de Transportes do Estado. Dá para entender? Por quê ele virou secretário de Estado? Por quê o Estado continua autorizando o aumento no preço das passagens do Metrô, que

fornece um serviço de baixa qualidade à população do Rio de Janeiro?”

Haja coração

Segundo Regina, não fosse suficiente aturar o Metrô privatizado, o Rio de Janeiro sofre ainda a ameaça de racionamento da energia fornecida pela Light, também privatizada, que continua inventando subterfúgios para cobrar da classe média os custos da energia reativa. O detalhe é que esta cobrança embute um aumento médio de 15 a 30% nas contas de energia elétrica, que deverá recair sobre a classe média.

Paralelo a esta ameaça, haja coração para aturar a Companhia de Gás - a CEG - que está esburacando toda a cidade para trocar tubulações e fazer a conversão de gás manufaturado para gás natural, que tem trazido resultados duvidosos para a população, inclusive com acidentes que já resultaram na mortes de inocentes. O detalhe, explica Regina, é que ao lado da CEG e da própria CEDAE, a Telemar e a Vésper abrem buracos, quebram as ruas, sem nenhum planejamento, e ninguém faz nada: “Isto tudo ocorre enquanto a população vive o desespero de um trânsito caótico, consequência do absoluto descontrole do Poder Público sobre as concessionárias, privatizadas ou não. O que foi feito da Agência Reguladora dos Serviços Públicos? Por quê a prefeitura não fiscaliza o solo? Estas são perguntas que o governador e o prefeito deveriam responder antes de ficar brigando, através da mídia, para definir quem vai arrecadar as multas de trânsito”, diz Regina.

Neste contexto a notícia da aprova-

ção pela Assembléia Legislativa do Estado - ALERJ - de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as privatizações das empresas públicas no Rio de Janeiro deveria representar um alento, mas não é bem assim.

A CPI das Privatizações, aprovada em plenário, no dia 10 de abril, vai tentar devassar as irregularidades nos processos de transferência para a iniciativa privada de empresas como a Cerj, o Metrô e a Flumitrens. As investigações têm como ponto de partida um calhamaço de 100 páginas feito pela Coordenação de Programas de Pós-Graduação em Engenharia (Coppe) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em parceria com o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea).

Mas, de acordo com a presidente da Associação de Moradores de Botafogo, Regina Chiaradia, há um descrédito geral com relação a atuação dos políticos:

“Não dá para acreditar em mais nada, depois que passamos a assistir diariamente pela TV o degradante espetáculo do que ocorre no Congresso Nacional. São falcatruas atrás de falcatruas. Bilhões de recursos que deveriam estar sendo investidos na educação e na saúde são tragados pela corrupção. O país está à deriva. Há um sentimento de orfandade que atinge a todos, principalmente por que tudo é acobertado pelo presidente da República. No Rio de Janeiro, não é diferente. Temos 70 deputados e podemos contar nos dedos das duas mãos os que são confiáveis. Quer dizer, esta CPI não vai dar em nada. Disso, eu tenho certeza - finalizou.

Foto: Arquivo



Regina Chiaradia: “Haja coração”

Foto: Arquivo



Chico Alencar é o relator da CPI

Denúncia: Angra II doa energia

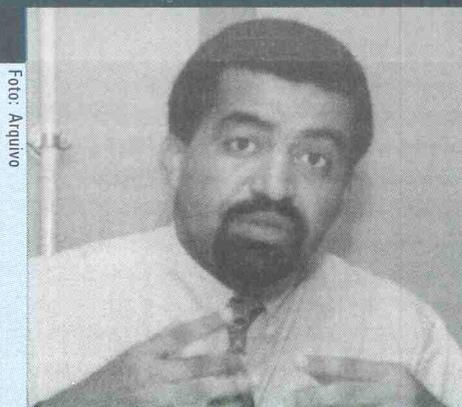
E enquanto se discute se a CPI das privatizações vai ou não dar em nada, as concessionárias privatizadas vão fazendo a festa às custas do bolso da população, por graça da benevolência do governo federal. Segundo o deputado Edmilson Valentim, desde julho do ano passado a Cerj e a Light vem recebendo de graça energia produzida por Angra II. Ele disse que a informação partiu da própria Eletro-

nuclear, que controla Angra I e II, durante a audiência pública realizada no dia 12 de abril para investigar as causas do “apagão” na cidade.

Angra II é responsável pelo abastecimento de 30% da energia do Rio de Janeiro. Segundo o deputado, a alegação das duas empresas privatizadas para não pagar pela energia é de que Angra II demorou para entrar em operação, o que teria causado pre-

juízo para as empresas.

“É claro que tudo isto é uma alegação da Cerj e Light para ganhar mais com a distribuição de energia. Acho que isto pode ser posto na CPI das Privatizações para questionar as empresas privatizadas que cobram do consumidor pelo fornecimento apesar de estarem recebendo de graça a geração de energia”, disse Edmilson.



Edmilson: empresas cobram do consumidor

Governo federal aprova as mudanças na surdina

Briga de ACM e Jader encobrem manobras do governo no Congresso

Enquanto o país desviava sua atenção na discussão sobre quem deve ser responsabilizado pela violação do painel eletrônico de votação no processo de cassação do ex-senador Luís Estevão, colocando na berlinda Antônio Carlos Magalhães, José Roberto Arruda e a ex-diretora do Prodasen, Regina Borges, o governo conseguiu aprovar no Congresso Nacional, sem qualquer reação popular, os dois Projetos de Lei Complementar que introduzem mudanças radicais nas normas dos fundos privados de pensão.

Os dois projetos, aprovados na Câmara dos Deputados, nos dias 24 e 25 de abril, após alterações introduzidas no Senado, já foram encaminhados à sanção do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Apesar da pressão e das emendas de parlamentares da oposição, o governo conseguiu impor os pontos do seu interesse, flagrantemente prejudiciais aos participantes dos fundos de pensão fechados.

Projeto de lei nº 8

O primeiro deles - o Projeto de Lei Complementar número 8 - foi aprovado no dia 24 de abril por 292 votos favoráveis e 123 contra, trazendo dispositivos que impedem a gerência dos fundos de forma democrática. Em seu artigo 11º, que trata da formação dos Conselhos Deliberativos dos fundos, a lei obriga que ele seja integrado por composição partidária dos membros, mas permite que o conselheiro presidente tenha, além do seu voto, o voto de qualidade, o que permite que ele continue a gerir o fundo de acordo com os interesses da empresa patrocinadora. O inciso 2º deste artigo abre uma brecha e permite outra composição do Conselho Deliberativo, desde que seja previsto pelo regulamento e autorizado pelo órgão regulador, atualmente a Se-

cretaria de Previdência Complementar, do Ministério da Previdência Social, que vem exercendo severas pressões sobre os fundos de previdência fechados.

O artigo 3º, ao tratar do plano na modalidade Benefício Definido, determina que os reajustes dos benefícios serão efetuados de acordo com critérios estabelecidos nos regulamentos dos planos de benefícios, "vedados o repasse de ganhos de produtividade, abonos e vantagens de qualquer natureza". Este dispositivo oficializa a prática de fraudes, uma vez que interfere na isonomia salarial, na medida em que exclui os aposentados destes benefícios. As alterações no plano de benefícios que impliquem em elevação da contribuição de patrocinadores serão objeto de prévia manifestação do órgão responsável pela supervisão, pela coordenação e pelo controle.

A lei estipula, no artigo 5º, que é vedado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas o aporte de recursos a entidades de previdência privada de caráter complementar. Na questão do custeio, o artigo 6º, no inciso 1, diz que a contribuição do patrocinador, em hipótese alguma, excederá a dos participantes. O inciso 2 estabelece que o aporte de recursos para o fundo só poderá ser feito pelos participantes, sem contrapartida do patrocinador. É vedado também ao patrocina-

dor assumir encargos adicionais para o financiamento dos planos de benefício, além daqueles previstos planos de custeio.

O artigo 29 do Projeto de Lei Complementar 8-D estabelece que as entidades de previdência privada patrocinadas por empresas controladas, direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, que possuam planos de benefícios definidos com responsabilidade da patrocinadora, não poderão exercer o controle ou participar de acordo de acionistas que tenha como objetivo a formação de grupo de controle de sociedade anônima, sem prévia e expressa autorização da patrocinadora e do seu respectivo controlador.

É mais uma medida para amarrar os fundos de pensão das estatais. No artigo 27, o texto exige que os fundos de pensão revejam a cada dois anos seus planos de benefícios e serviços. Caso as entidades de previdência complementar das estatais não façam esta atualização, elas poderão sofrer intervenção, sendo seus dirigentes e seus respectivos patrocinadores responsabilizados civil e criminalmente.

Projeto de lei nº 10

Já o Projeto de Lei Complementar 10 foi aprovada com apenas uma rejeição - a de que os candidatos aos cargos de diretoria-executiva das entidades fechadas não poderiam ter vínculo empregatício com os

patrocinadores. Duas emendas aprovadas facilitam a saída de participantes dos fundos de pensão para outras entidades. Por 288 votos contra 135, os deputados aprovaram, por exemplo, a possibilidade de o participante transferir sua poupança previdenciária de uma entidade para outra. Pela emenda, a portabilidade será admitida quando a integralidade dos recursos financeiros do participante for utilizada para a contratação da renda mensal, vitalícia, ou por prazo determinado, limitado ao mínimo de 15 anos.

Outro ponto questionável aprovado pelos deputados é artigo 31º que permite às entidades fechadas de previdência complementar, instituídas por associações de classe, terceirizar a gestão dos recursos garantidores das reservas técnicas mediante a contratação de instituição especializada autorizada pelo Banco Central. O projeto estimula também a ofertar exclusivamente planos de benefícios na modalidade Contribuição Definida. Todas as medidas visam a beneficiar as instituições financeiras. Se prevalecer a imposição da idade mínima para os participantes dos fundos fechados, segundo o decreto presidencial, não é improvável que uma parcela significativa dos participantes desista dos benefícios, ou então migrem para as entidades abertas, que não sofrem essa limitação.

Pelo decreto publicado no Diário Oficial da União, de 9 de janeiro, a partir de julho deste ano passa a vigorar a idade mínima de 55 anos e meio para que o participante de um fundo fechado tenha direito à complementação da aposentadoria. A idade mínima é progressiva e aumenta seis meses a cada ano, até 2010 ou 2020, dependendo do tipo de plano, sempre tendo o mês de julho como data da mudança. Isto significa que, em julho de 2010, a idade mínima para que um participante tenha direito à complementação será de 60 anos. Em 2020, a idade mínima será de 65 anos.

“Nova lei permite a terceirização da gestão, mediante a contratação de instituição especializada autorizada pelo Banco Central.”

<input type="checkbox"/>	mudou-se
<input type="checkbox"/>	recusado
<input type="checkbox"/>	desconhecido
<input type="checkbox"/>	endereço insuficiente
<input type="checkbox"/>	não existe nº indicado
<input type="checkbox"/>	falecido
<input type="checkbox"/>	ausente
<input type="checkbox"/>	não procurado
Reintegrado ao serviço postal	
Em <input type="checkbox"/>	Carteiro
Em <input type="checkbox"/>	

